

talvez convenha lembrar, como marco de divisão de águas, e em oposição às memórias de Bismarck, de Clausewitz, entre nós sempre referenciados, o movimento Rosa Branca, orientado pelo Professor Huber e estudantes, entre os quais se destacaram Hans e Sophie Scholl, da Universidade de Munique, que durante o nazismo apelaram a uma Alemanha federal dentro de uma Europa federada e foram todos decapitados. Não esquecemos a guerra de 1914-1918, o esmagamento do exército português na Flandres, a invasão de Moçambique e de Angola, a gesta africana do general Paul von Lettow – Vorbeck, em cujas *Memórias* (1920) eternizou estas palavras: «todas as nossas tropas, indígenas e europeias, tiveram sempre a convicção de que a Alemanha não podia ser vencida na guerra e estavam determinados a combater até ao fim.» Por isso, entre os fragmentos das relações entre Portugal e a Alemanha, salientamos a corrente que tem um passado de origem no referido movimento Rosa Branca, e consagrados nomes como os de Willy Brandt ou Helmut Schmidt, fieis ao pacifismo, solidariedade e, finalmente, unidade da Europa. Com a visão persistente do futuro que Adenauer assumiu e partilhou, no sentido de, finalmente, neste Século XXI sem bússola, se definir um válido conceito estratégico europeu.

10 de Junho de 2015  
*Adriano Moreira*

# Introdução

*Impromptus. F. Schubert / Murray Perahia*

## 0.

A presente obra *Alemanha: Portugal – Aspectos e Momentos em Revista* apresenta reflexões sobre aspectos e momentos relativos à interacção entre Alemanha e Portugal; tem por escopo contribuir para o entendimento do respectivo valor no seio das relações económicas, políticas, culturais, históricas entre as nações e os povos alemães e portugueses.

Acolhe ensaios sobre Ciência Política: Eduardo Lourenço, Fundação Calouste Gulbenkian; Diplomacia: Ulrich Brandenburg, embaixador da República Federal da Alemanha em Portugal; História das Relações Luso-Alemãs: Mário Soares, presidente da Fundação Mário Soares; História de Arte: Teresa Balté, FCSH/NOVA e Paulo Henriques, Secretaria de Estado da Cultura; História da Economia: Eduardo Sousa Ferreira, ISEG-UL; Museologia: José Manuel Martins Carneiro, Museu Nacional de Arte Antiga; Musicologia: Paulo Ferreira de Castro, FCSH/NOVA; História da Cultura: Fernando Ribeiro, FCSH/NOVA.

Contempla em todos a voz unânime do apreço pela cultura – enquanto manifestação plena pela paz e pela solidariedade – qual testemunho justamente potenciável pela arte da Diplomacia, na edificação de futuros em humanidade e concórdia.

## 1.

Professor Eduardo Lourenço revela-os em «Da Alemanha» o trilho palmilhado pela desperta «bela» adormecida rediviva em palco europeu. Porquanto à nação germânica reconhece a determinação da «famosa alma alemã». Eivada de sonho cuja forma de realização buscará incessantemente: pela observação, como com os humildes; pelo trabalho, como com os lídimos; pela ambição, como com os álares.

Sublinha quanto, logo nação, a Germania imperial concebeu consolidação, também geo-estrategicamente, de respectivo lugar no quadro europeu

e mundial, aquando da fundação do II Império Romano-Germânico gradualmente conseguida pelo dinamismo de um Reino: Prússia, do saber de um Chanceler: Otto von Bismarck, da confiança de um imperador: Wilhem I com vontade de, a partir de uma «Pequena Alemanha», transformar uma nação e seu estado, assente em economia agrária, em «federação» gradualmente fundada em economia industrial durante lapso temporal: Século XIX – decisivo para a sua afirmação nacional, europeia e transcontinental.

Verdadeiramente, pela fundação do II Império Romano-Germânico em 1871, 50% da respectiva população trabalhadora estimava-se trabalhasse na agricultura, enquanto em inícios do Século XX, 60% dependia já de actividade industrial e 35% de trabalho artesanal.<sup>1</sup>

Virtudes, prussianas, como trabalho sob ritmo constante e ponderado por objectivos, pontualidade, poupança, auto-disciplina, cultivadas desde a escola primária, explicarão esta potenciação ocorrida sobremodo no último quartel do Século XIX.

Precisamente entre 1871 e 1914, a Alemanha sextuplicou a sua capacidade de produção industrial (Lemo) ocupando até dealbar da Primeira Grande Guerra a segunda posição mundial (15%) logo a seguir aos EUA (32%). (Lemo)

«Sancionada» seria a sua capacidade exportadora para a Grã-Bretanha, quando esta, à luz de medidas proteccionistas, determinou se identificasse produto importado alemão com: *Made in Germany*. (Lemo)

A Alemanha detinha, à época: Século XIX, forte burguesia, média e alta com cultura e responsabilidade – (*Bildungsbürgertum*)<sup>2</sup> – que soube gerir a cidade, a cultura, a produção industrial, a administração política e a financeira (Deutsche Bank co-fundado em 1870 por Georg von Siemens (1839-1901) (Lemo), a investigação científica-aplicada sob visão para além dos seus tempo e espaço.

Não perdendo consciência dos confrontos políticos e sociais advenientes – associados a industrialização veloz – e modos de superação dos mesmos. Mas sempre com forte sentido de gestão, em espaço e em tempo úteis, das energias sociais em função de objectivos que elite desenhava para que

<sup>1</sup> Todas as referências e dados estatísticos ou outros de precisão histórica em uso encontram-se disponíveis em capítulo intitulado: *Kaisereich* – Império – e respectivos subcapítulos – consultável em site de utilização profícua: <https://www.dhm.de/lemo/kapitel/kaisereich/aussenpolitik/bismarcks-buendnissystem.html> e doravante referido entre parêntesis pelo acrónimo (Lemo) – Lebendiges Museum Online divulgado por Deutsches Historisches Museum.

<sup>2</sup> AAVV, *Kleine Deutsche Geschichte*, Stuttgart, Reclam 1995, p.279-281.

sua nação ganhasse densidade e coesão social sem nunca perder lugar de destaque em contexto internacional.

À indústria de mineração, por exemplo, cujas capacidades extractivas foram então incrementadas e que convocaram aos milhares mão-de-obra para as regiões de Berlim, Aquisgrana (Aachen), Saxónia-Turingia, Lorena-Sarre, Reno-Meno, Alta-Silésia e Ruhr, associou-se a siderúrgica que teve em Alfred Krupp e respectivo cartel um dos maiores empresários alemães que no seu universo industrial empregava 80.000 operários em 1914 (Lemo) – oriundos dos mais distantes reinos do Império que assim «contribuíam» arduamente (antes de 1871: 16 horas de trabalho diário, como no caso da indústria têxtil; 85 a 90 horas de trabalho semanais para um salário de subsistência; 1872: 72 horas de trabalho semanais; 1900: 62 horas de trabalho semanais; 1914: 57 horas de trabalho semanais) (Lemo; AAVV 1995: 283), também por via de incremento dos meios de transporte ferroviário, fluvial e marítimo, para consolidação de mercados interno e externo e respectiva maior acessibilidade a bens produzidos – bem como mobilidade social mais efectiva.

Atesta-se prosperidade – a par de exploração profunda e repressão por via de lei contra os socialistas (1878-1890) e respectivas medidas de ajustamento social: leis de protecção do trabalhador na doença (1883), contra acidentes de trabalho (1884), na velhice e invalidez (1889), ambas exemplo da era política sob administração de chanceler Otto von Bismarck -, mas também solidez na investigação científica: até 1914 um em cada três Prémios Nobel na área das ciências exactas era atribuído a um cientista alemão. (Lemo)

Ao longo da segunda metade do Século XIX, o II Império Germânico desbravava novos caminhos tecnológicos revolucionando a indústria: até 1914 uma em cada duas centrais ou instalações eléctricas, no mundo, eram oriundas das firmas alemãs Siemens (1847) ou AEG (1883). Os gigantes internacionais da indústria química e da farmacêutica, como a BASF (1865), Bayer (1863) e Hoechst (1863), nascem nesta época, assim como a indústria óptica e de mecânica de precisão (1847) – Carl Zeiss (1816-1888). (Lemo)

A vontade desta nova «Pequena Alemanha» em ingressar com a «seriedade» própria dos mais novos no «concerto das nações» é assim vista como imperativo secular que Eduardo Lourenço distingue na comunidade pátria – germânica de: Lessing e Kant, Hegel, Schopenhauer, Wagner, Nietzsche, Brecht, Mann, Grass e Handke – que, em busca do respectivo «devir», «desaruma» o «tabuleiro político da Europa».

Em Europa, apenas pela voz e mão americanas, capaz de trazer:

1 – num primeiro andamento, democracia parlamentar moderna à Alemanha, consignada em respectiva Constituição de Weimar (1919);

2 – num segundo, enquadramento em «espaço geoestratégico mais baixo» – não sem deixar de proporcionar espaço de afirmação científico-cultural, político-industrial moderno;

3 – acolhimento de retracção espontânea.

Eduardo Lourenço, professor, afirma ser a resolução da «questão alemã» da vontade de, também natural à, nação em «confrontar-se» com «compreender-se», «situar-se», porquanto genuinamente essencial à vontade «exemplar» de «construção da futura União Europeia» em amadurecimento, o qual apenas tempo-de-serenidade cultivado por ex-combatentes francos sabe preservar.

Em comunidade: Europa – mais alargada, tendencialmente mais democrática, almejando prosperidade germânica – «mais complexa» e, por isso, sujeita a «grau de imprevisito» tão mais contingente quanto mais indomável; a tentar, também, em cuidada exegese de augúrio, na qual «destino», agora «democrático, mas não menos dinâmico», «alemão», não poderá deixar de ocupar lugar próprio em concerto internacional com toda a gente para toda a gente boa como os «bons alemães», Hans e Sophie Scholl do «Weißer Rose» (Rosa Branca), escreve Eduardo Lourenço.

Em Europa, formada embora por nações de difícil e longa coesão.

Partilhando, embora, com os EUA – de cuja missão omninterveniente em destino planetário continua carecendo – da necessidade de preservar «peregridade», como referia Eduardo Lourenço em ensaio intitulado «Da América e da Europa» (2006)<sup>3</sup> – face a ameaça interna, de «caoticidade», e externa, oriunda de império como o da China ou do Japão desreguladores do seu modelo de sociedade. (Lourenço 2009: 161-162) Seria ponderado, assevera Eduardo Lourenço, tomar «o Ocidente como um todo e [...] uma ilusão de nação adolescente pensar que a mera supremacia militar, financeira e económica, assegurará à mais optimista criatura da velha Europa o domínio do mundo» (Lourenço 2009: 162) e cultivar entendimento profícuo para ambos.

Sem deixar de atender a quanto «universalização do liberalismo utópico»<sup>4</sup>, desregulado continua desequilibrando ideal de competição entre quaisquer concorrentes cujo estatuto incompreensivelmente se inverterá: passando num ápice o ganhador a perdedor – ou perdendo mesmo estatuto consignado – por mercado deixar de garantir competição em moldes universalmente conhecidos. Porque «exclusão e precariedade» de qualquer espreitarão sem-

<sup>3</sup> Eduardo Lourenço, 2009. «A Esquerda na Encruzilhada ou fora da História? – Ensaio Político», in *Finisterra*. Lisboa, Gradiva.

<sup>4</sup> Eduardo Lourenço, 2005. «A Máquina Infernal ou do Liberalismo na Era da Mundialização» in *Finisterra*.

pre que se aperfeiçoam até à exaustão racionalização de ritmo e ganho – escravos – de actividade produtiva (Lourenço 2009: 166) justamente porque segundo estratificação planificada de mercado de consumo inerme e ingente de bens tornados atrozmente obsoletos.

Logo em 2005, Eduardo Lourenço em «A máquina infernal ou do liberalismo na era da mundialização» pretenderia apenas atentássemos em momento-de-implosão provocado por engenheiros e «manajeiros» cuja consciência se iluminará com mercados cada vez mais subterraneamente regulados. (Lourenço 2009: 167)

Porque, adverte ainda – agora em «O fim da política?» (1995: *Finisterra*) – embora passada haja sido a grande «deriva» autoritária e cidadão hodierno se «conceba» co-autor e co-gestor de Poder – de tal modo a Democracia persiste em modo, praticamente, universal – impende contínuo requintado perigo sobre a Democracia, anunciado por «rejeição» ou «asténias» pretéritas, transformação ultra-racional e autoritário – positiva do mundo material, «relativização do Político e da Política». (Lourenço 2009: 114) Democracia acompanhada de «hiperpoliticismo» (114) inatento a «todo da vida social» (Lourenço 2009: 116), porque igualmente consciente de realidade do poder «opaco», «incontornável», «transpartidário», «mesmo transnacional» (Lourenço 2009: 114): «[...] qualquer coisa de opaco e quase onisciente, sob cobertura legal ou forma de poderes ocultos, paralelos desligados de todo o institucionalismo [...] ou forças transversais aos universos políticos [...]» (Lourenço 2009: 117)

Eis sistema, ou forma, de poder, para o qual Eduardo Lourenço em «O fim da política» já em 1993 coloca de sobreaviso cidadão coevo à beira da desmotivação política – também de país pequeno como Portugal, ao qual importa em consciência não correr o risco de querer tornar-se «dono imaginário» do seu destino e objectivo virtual da «vontade de poder dos outros» agora logo em «Uma década paradoxal» no ano de 1995 (Lourenço 2009: 125) – cuja ilusão de viver sob Império da Lei tanto mais se consolidará quanto menos se cultivar interacção política entendida como rede de interacções em solidariedade em meio comunitário, transnacional – perenemente dinâmico –; haverá que não perder esperança em fora como a ONU, no qual defesa de «direitos da Política enquanto gestão democrática do Poder subsistem» ainda. (Lourenço 2009: 117)

Tratar-se-á de persistir nos vários patamares de reflexão sobre princípios que às «gentes» dizem respeito como Jürgen Habermas deixou dito em conferência intitulada «Democracy in Europe Today» proferida a 28 de Outubro de 2013 em Fundação Calouste Gulbenkian:

[...]

The most seriously affected sectors of society in each country will recognize their shared fate across national boundaries — aside from all differences — only when the media in all of the national arenas break down the fatal linkage between questions of distribution («who gets what») and questions of identity («who we are»)

[...]

If we only distinguish neatly obligations to show solidarity from moral and legal duties, we can prove, that showing solidarity is a political act that by no means calls for a form of moral selflessness that would be misplaced in political contexts.

## 2.

Ulrich Brandenburg, embaixador da República Federal da Alemanha em Portugal desde Janeiro de 2014, escreve igualmente sobre Alemanha e Portugal: «Alemanha, Portugal e a Crise – Deutschland, Portugal und die Krise». Prossegue na senda dos aspectos comuns a vivência histórica protagonizada por ambas as nações. Destaca importância da partilha de ideais comuns e constantes em seio de Europa: tanto mais sólida quanto atenta à superação das contrariedades em serenidade.

E, a propósito da crise vivida em épocas distintas por ambas as nações, sugere-lhe sigamos reflexão – sábia – acerca do sentido de responsabilidade assumido perante gerações hodiernas e vindouras na apreciação de vivência imposta pela História:

– um quarto de século passado sobre a queda do Muro de Berlim (Novembro de 1989):

– quatro decénios passados sobre a Revolução dos Cravos (Abril, 1974).

Reportando-se a experiência havida como estudante de visita a Portugal no ano de 1975, evoca os «esforços de consolidação [...] em direcção à Europa» então por si constatados em hora de «viragem positiva» num Portugal ciente do peso retardador provocado por atraso económico e guerra colonial, do acesso ao «mundo moderno» – apenas mais próximo após derrube da ditadura.

Também assinala o júbilo vivido por sua nação e, também, por toda a Europa, ao celebrar um quarto de século de unificação, pela qual mundivisão mais atinente à realidade dos cidadãos ganhou verdadeira expressão. Não olvida dificuldades inerentes a tal determinação do, sobretudo germânico, Ocidente, canalizando estoicamente, ano após ano, 4% do seu PIB, a fim de construir paridade entre nação germânica a oeste e a leste. Alerta-nos

para a necessidade de se reforçar união e respectiva superação de divisões no seio da Europa e, bem assim, de se manter convergência, pretérita a 12 e actual a 28, via reforço de moeda e política económico-fiscal comuns em direcção a União Política, para a qual nação germânica, como um todo, afirma, continua subscrevendo «princípio da solidariedade».

Relembra-nos Ulrich Brandenburg as dificuldades enfrentadas por seu país aquando do levar a cabo das reformas estruturais consignadas por «Agenda 2010» visando fazer face a aumento de esperança de vida, descida da taxa de natalidade e subsequentes ajustamentos dos sistemas de segurança social – e bem assim implementar maior competitividade, apesar da diminuição da protecção contra o despedimento. Ulrich Brandenburg salienta o quão importava tornar a Alemanha mais atraente para o investimento privado, fazendo-a cumprir os critérios de Maastricht: «relação entre o défice público anual e o produto interno bruto (PIB) não deve exceder 3% e a relação entre a dívida pública bruta e o PIB não deve exceder 60 %» sem deixar de igualmente sublinhar dureza sentida logo em 2002-2003 decorrente da Unificação causadora do insucesso experimentado pela Alemanha ao falhar tais objectivos, pois desempregados registar-se-iam, à época, seis milhões. E se nos traz à memória a derrota eleitoral estrondosa de SPD (G.Shröder) em 2005, não menos relembra o quanto tal não impediu a demanda do consenso necessário para obter nacional e pluripartidária concordância com regra de ouro da constituição alemã – travão da dívida (Schuldenbremse): 0,35% do PIB – tendo sempre em vista a «sustentabilidade das finanças públicas».

Sabendo das dificuldades sentidas pelo seu país (2013, endividamento público: 78,4% PIB) e ciente das fragilidades do sistema europeu enfrentando grave crise da dívida soberana, Ulrich Brandenburg destaca mecanismos da UE como «Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, FEEF, Mecanismo Europeu de Estabilidade, MEE, e União Bancária» para enfrentar imponderável maior: globalização.

Em Portugal, distingue vontades para aperfeiçoar louvada posição em Índice do Fórum Económico Mundial fazendo justo eco de louvores tecidos por investidores alemães em Portugal – seguramente não só relativos a tecnologias de informação ou esforços bem-sucedidos relativos a consolidação orçamental – concordantes com equilíbrio a ser mantido entre modelo de estado social europeu e incremento da competitividade no plano internacional.

Ulrich Brandenburg acredita na democracia em respeito pelo culto dos «valores conjuntos», pelos quais na sua Alemanha Unificada, desde 1989, e no Portugal democrático, desde o ano de 1974, se vem lutando para serem criadas «melhores condições de vida» para todos.



### 3.

Mário Soares intrépido, resistente à «democracia orgânica» de Salazar, em 1967, ciente do «argumento fundamental do Governo (1967) contra a oposição [...] o comunismo ou o caos», tal como deixou registado em artigo intitulado em «Oposição e governo em Portugal»<sup>5</sup> e sem deixar de reconhecer o respeito devido à resistência comunista, mas também à oposição levada a cabo por republicanos liberais, católicos da Acção Democrática e igualmente por socialistas da Acção Socialista Portuguesa, assim como por «Maçons», sabia bem estar o país imbuído de um «ser contra o Governo» também manifesto em acções revolucionárias como «o assalto ao barco Santa Maria» (1961) por Henrique Galvão ou os golpes organizados pela LUAR contra a delegação da Figueira da Foz do Banco de Portugal e o comando da 3ª Região Militar em Évora (1967). Daí a convicção expressa neste artigo escrito para «Government and opposition, a quarterly of comparative politics», a pedido de Professor Leonard Schapiro, da London School of Economics and Politics, cuja publicação ficou suspensa devido a prisão do seu autor em Dezembro de 1967 – acerca da necessária mudança de condição, pois considerava urgente transformarem-se estas formações para-partidárias em partidos políticos vinculados a respectivos congéneres europeus, a fim de conseguirem existência legal e instituírem regime democrático em Portugal de tal modo o via mergulhado em crise: económica-política, de «adaptação ao mundo moderno» centrado que estava no mercado único em espaço continental, insular e ultramarino. Indignou-se com consequência contra a política de baixos salários na indústria e na agricultura e consequente desigualdade e imobilismo social que levava à emigração legal e clandestina de seus concidadãos que, fugindo à miséria, à perseguição, à guerra colonial, eram integrados nos exércitos industriais indispensáveis ao progresso económico da restante Europa. Denunciava a opção do regime de então em despende, em 1966, «40% das despesas públicas» com «encargos improdutivos com a defesa» (Soares 1969: 94), penhorando riqueza nacional e futuro de geração com incipiente, mas crescente opinião pública. Cumpriu tradição oposicionista e histórica na defesa de «reforma profunda das estruturas» e «indispensável auto-determinação do Ultramar», porquanto acreditava em «via democrática e parlamentar» para levar Portugal «à integração no mundo dos nossos dias». (Soares 1969:97)

<sup>5</sup> Mário Soares, 1969. «Oposição e governo em Portugal» in *Escritos Políticos*. Lisboa, edição do autor, p. 84 .

Actualmente presidente da Fundação Mário Soares, oferece-nos em «Breve Testemunho» factos históricos em primeira mão resultantes de conhecimento político e pessoal cultivado com outros dois marcos, históricos, da História da Europa destes dois séculos últimos – XX e XXI – Willy Brandt e Helmut Schmidt; insignes social-democratas germânicos: «no sentido que damos ao socialismo democrático», por considerá-los determinantes para a consolidação do regime democrático e parlamentar em Portugal *post* Abril de 74.

Assevera-o por palavra sua: larga e generosa, portuguesa, realçando valor de Helmut Schmidt, com quem, sobremodo enquanto chanceler da RFA entre 1974 e 1984, teve oportunidade de lidar política e pessoalmente, desde logo, na qualidade de primeiro-ministro de I Governo Constitucional de Portugal. Para além do salientar das marcas de carácter: austeridade e integridade; de proficiência: rigor e competência; de cultura: cidadão-do-mundo; e cidadão da-Europa – músico exímio também –, Mário Soares relembra o decisivo papel de H. Schmidt – e ainda de J. Carter, H. Wilson, J. Callaghan e Carlos A. Perez entre outros presidentes e primeiros-ministros – na concessão do grande empréstimo (1978) a Portugal, sem o qual a grave situação financeira do país não teria sido ultrapassada com sucesso, lembrando ainda o apoio da RFA à democratização em Portugal, cuja fragilidade aumentava na razão directa das carências sentidas pela população portuguesa sob ciclo económico-social desfavorável agravado por descolonização imperiosa. Leva-nos a, consigo, saudar Helmut Schmidt com a naturalidade devida a um dos construtores de referência da União Europeia e anfitriões da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia vivos.

Evoca ainda Mário Soares, enquanto, à época, porta-voz da incipiente e clandestina Acção Socialista Portuguesa, com reconhecimento, o primeiro encontro com proeminente socialista democrático e líder de SPD, Willy Brandt, ocorrido há quase meio século: aquando do Congresso da Internacional Socialista em Eastbourne (1969) de tal modo sentiu pessoalmente quão valioso era o encorajamento declarado por Brandt à fundação de Partido Socialista, opositor ao regime político em Portugal e à estratégia política seguida pelo Partido Comunista Português para derrubar a ditadura vigente. Enaltece visão determinada e avisada de Brandt, intentando quer o derrube das ditaduras peninsulares a Oeste quer a construção de brechas a Leste do continente europeu sob os desígnios da defesa dos Direitos do Homem. Ilustra palavra solidária e cumpridora de chanceler Willy Brandt quando desfrutou, em Abril de 1973, em Bad Münstereifel, e por parte do SPD, dos apoios necessários à realização do congresso-berço de Partido Socialista Português para assim melhor ser preparada a «transição democrática», quer

em Portugal, quer nas remanescentes nações sob regime ditatorial na Europa Mediterrânica: Grécia e Espanha.

A memória, também histórica, de Mário Soares faz-nos acompanhar não só o empenhamento solidário da Social-Democracia na Europa quando, em 2 de Agosto de 1975, e sob a organização de W. Brandt – secundado por O. Palme, B. Kreisky, H. Wilson, F. Mitterrand, entre outros – foi decidido, em Estocolmo, auxiliar a periclitante Democracia Portuguesa. Também o cidadão europeu, alemão-patriota, apoiante da integração europeia de Portugal, presidente da Internacional Socialista (1976) – de quem Mário Soares foi vice – idealista generoso e solidário para com exilados e perseguidos em seus países, a quem o Nobel da Paz e a queda do Muro de Berlim só poderiam ser oferecidos, é enaltecido enquanto obreiro do fortalecimento do diálogo entre povos ricos a norte e pobres a sul.

A História terá feito jus a Mário Soares: derradeira personalidade política a ser recebida por Willy Brandt enquanto chanceler da RFA em 2 Maio 1974, que, cordialmente, anuiu a imperiosa ajuda «moral e material» a Portugal.

Testemunho igualmente histórico deixado por Brandt faz prova da recepção concedida semanas antes de Abril de '74 a «nosso amigo Mário Soares», no exílio, por quem tomara consciência da possibilidade de golpe de estado em Portugal<sup>6</sup>.

Por seu lado, seria em Bona que Mário Soares receberia, via SPD, notícia acerca do 25 Abril '74, pois se encontrava desde a véspera nessa cidade.

Nesta mesma obra, Mário Soares também sublinha relevância da abertura de Portugal «à modernidade e ao progresso» (AAVV 1976: 11), quer para o respectivo povo, quer para a Europa. A par do erigir de estado democrático e do pôr cobro a guerra colonial, sabia estar Portugal – por, em 1976, se encontrar no centro de «competições e rivalidades que nos são alheias» (AAVV 1976: 12) – sob observação porquanto tida como «laboratório revolucionário da Europa» (AAVV 1976: 11) também, em parte, adepta de «teoria da vacina» (AAVV 1976: 20). Sem nunca perder a noção de realidade económica em contra ciclo: queda nas receitas provenientes do turismo, da emigração, do Ultramar com agravamento de *deficit* comercial, baixa produtividade, desemprego crescente e aumento da despesa pública, Mário Soares e o PS persistem na luta contra a miséria e subdesenvolvimento e na reconstrução económica do país comprometendo-se a «fomentar a produção pública e privada, racionalizar os mecanismos de distribuição, mobilizar e pôr o país a trabalhar». (AAVV 1976: 23)

<sup>6</sup> AAVV, 1976. *Liberdade para Portugal*. Lisboa, Bertrand, pp. 27-28.

Brandt, aquando da visita a Portugal em Setembro de '74 na qualidade de dirigente do SPD, recorda em '76 dois dos mais determinantes feitos políticos de Mário Soares cujo mérito decisivo as democracias europeias nunca mais poderiam esquecer:

– a resolução da questão colonial , no que de determinante foi para a RFA enquanto defensora de tradições anti-racistas e anti-colonialistas, pois desde então poderia passar a contar, nas organizações internacionais, com aliado de maior peso por haver devolvido «às democracias ocidentais a sua autenticidade [...] dando-lhes novos impulsos». (AAVV 1976: 29)

– a superação da «situação política interna [...] difícil» à luz dos princípios do socialismo democrático cuja solidariedade antes e depois de '74 a Internacional Socialista ajudou a consolidar. (AAVV 1976: 32)

E relembra-nos que, com a criação do Comité de Amizade e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal, cuja constituição ocorreu sob seu patrocínio em Londres, a 5 de Setembro '75, Portugal em modernização, para o qual o Partido Socialista dirigido por Mário Soares muito tinha contribuído, deveria colher entre outros estes esforços do comité:

1 – Aproximação e colaboração prática com Partido Socialista Português dirigido por M. Soares;

2 – Visitas e contactos com numerosas altas individualidades com responsabilidade política e militar;

3 – Influência junto de governos europeus e forças da política internacional no sentido de os dissuadir de ideias erradas sobre Portugal, convencendo-os a tomar atitudes construtivas em relação ao país;

4 – Apoio da colaboração europeia e internacional às forças do movimento sindicalista democrático português;

5 – Recomendação de medidas tendentes a ajudar Portugal na solução dos seus difíceis problemas económicos [...]. (AAVV 1976:33)

Como se não bastasse, Brandt foi inequívoco ao afirmar: «O povo português como membro respeitado da família dos povos livres e democráticos da Europa pode contar connosco». (AAVV 1976: 35)

#### 4.

«Um alemão em Lisboa: Hein Semke (1899-1995)» é título de ensaio sobre artista germânico criativa e ininterruptamente activo em Portugal por mais de seis décadas sobre o qual Lima de Carvalho acreditava estaria seguramente para nascer o dia da «análise crítica profunda da obra de Semke e da interpenetração luso-alemã que nela está patente» tal qual deixou escrito

em 1978 no catálogo da Exposição *A vida nas formas* que teve lugar na Galeria de Arte do Casino Estoril, na qual foram expostas peças criadas por Hein Semke desde 1934, assim se constata em *Hein Semke*.<sup>7</sup>

O rosto de Hein Semke, artista germânico nascido em Hamburgo em 1899, nunca deixou de ser igual a si próprio mesmo havendo vivido e criado, quase ininterruptamente entre 1932 e 1995, obra plástica e também literária, em Portugal, como ilustram Teresa Balté e Paulo Henriques.

Teresa Balté, sua mulher, professora universitária, também artista plástica, poetisa e escritora, e Paulo Henriques, igualmente formado em artes plásticas e museólogo, apresentam-nos homem e escultor, mas também escritor, aquarelista e ceramista representado em coleções como as do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian – em cujos jardins se encontra escultura intitulada *A dor* (Semke 2009: 38) –, Fundação Mário Soares, Museu do Chiado, Museu José Malhoa, Museu de Évora, Museu Nacional do Azulejo, Casa Museu João Soares – «Cristo dos Pescadores» 1962 – (Semke 2009: 225) – Reitoria da Universidade de Lisboa: «Portugal de Além – Mar», 1957 (Semke 2009: 202) – cuja mestria também se pode fruir em outros espaços (público) como «Mural» de 1957 na Figueira da Foz (Semke 2009:183) (privado) Hotel da Baleeira – Sagres «Mural» (1962) (Semke 2009: 153) e cujo acervo de obras deixadas e legadas é possível estudar por definitivamente inventariado por Teresa Balté, complementando inventários parciais, e anteriores, da responsabilidade de Manuela Oliveira Martins e Pedro Aboim Borges (cerâmica), Paulo Henriques (escultura), e Ana Isabel Ribeiro e Catarina Rosendo (livros de artista).

A educação luterana, destacada por Paulo Henriques, a dureza experimentada, quer como órfão de mãe quer como voluntário (tropas especiais) (Semke 2009: 286) – durante a Grande Guerra (mobilizado para Rússia, Ucrânia, França, Flandres) – bem como a prisão por seis anos devido a activismo político, enquanto jovem anarco-sindicalista, trouxeram-no a Lisboa após ser posto em liberdade (1928) por amnistia decretada por marechal Paul von Hindenburg (Semke 2009:12). Primeiro, para trabalhar em fábrica Magalhães e Filho Ltd propriedade de Richard Reinhardt (Lisboa-Chelas) (1929) (Semke 2009:15) depois, definitivamente (1932) como artista, desagradoado com o crescendo nacional-socialista em sua terra natal – não sem antes ter passado por academias como as de Hamburgo e Estugarda para estudar escultura e cerâmica.

<sup>7</sup> Teresa Balté, 2009. *Hein Semke A Coragem de Ser Rosto*. Lisboa INCM, p. 261.

O seu «amor: à luz, à paisagem, à cidade de Lisboa, à maneira de ser portuguesa» compensariam «menorização e instrumentalização da cultura por parte da instituição política» sentida no Portugal provinciano e desprovido de frontalidade dos anos 50, durante os quais viveu penosamente, tendo embora podido triunfar na Paris de 1957 como lhe assegurou Vieira da Silva (Semke 2009: 185). Registadas em diário, estas impressões reflectem alguma da indispensável tranquilidade, salientada por Teresa Balté, a par da também expressa indignação de Semke acerca do modo como Portugal acometia, em vida, contra os «seus verdadeiros grandes» como Pessoa, Camilo, Mário Eloy, Raúl Leal ou Soares dos Reis e Antero de Quental.

Saudando Abril de '74 em «Apocalipse à portuguesa» por prometer «a todo o povo português, sem distinção de classes Liberdade (política, social, económica) em autodeterminação e democracia» (Semke 2009: 258), não deixa Semke de prenunciar que, para compreender «significado real e verdadeiro do 25 de Abril de 1974», haveria que aceitar-se «partir da base primeira, das necessidades de todo o povo, rumo a uma democracia onde reinem a liberdade e a justiça social». (Semke 2009: 258)

A sua arte evitava máscara que encobrisse rosto em amabilidades, mas que fosse «oração pela compreensão das coisas que ainda não conseguimos compreender até agora. O artista é de certa maneira um mágico [...]» (Semke 2009: 265) confessará a Margarida Botelho em 1978; desde a primeira participação em exposição (colectiva a par de Almada Negreiros, Sarah Afonso, Carlos Botelho, Abel Manta, Jorge Barradas, Diogo Macedo, Altberg) a sua escultura sobressaiu pela «inocência primitiva», «sinceridade pura de intenções», «forte poder de comunicação», segundo Manuel Mendes citado por Paulo Henriques, armas com que chocava «mestres» coevos por se alinhar com independentes e modernistas de vanguarda portugueses como também foram Amadeo e Santa-Rita (1936). A curiosidade, perseguida e cultivada no dia a dia, pautava o perscrutar psicológico e anímico da humanidade sentida no outro que retratava com prazer, enquanto artista e Homem-de-Deus – em demanda da expressão da espiritualidade admirada por exemplo nos «santeiros de Coimbra», como afirmou a Gaspar Simões, em 1955 (Semke 2009: 177) – com religião: esculpindo *Camaradagem na derrota* e *A dor* para a Igreja Evangélica Alemã (1934) e interpretação da História, lusa, com esculturas na Exposição do Mundo Português (1940) como *O drama colonial*, *Santo António*, *S. Francisco Xavier*; e universal, com cerâmica vidrada como *Quo vadis? Victor* (1942) sobre o desastre da II Grande Guerra; sem se afastar, embora, de veio expressionista peculiar, o qual viria a culminar com a sua «primeira» «Individual» de escultura

e cerâmica (1947) e a publicação de artigo sobre Ernst Barlach – vulto da escultura alemã e mundial – e a dar início a década de carência e posicionamento teórico perante neorrealismo, surrealismo e abstracção em vigor em Portugal, à luz dos seus propósitos como ceramista moderno expendidos em *Renovação cerâmica* (1950). Silicose, detectada em 1963 fê-lo dedicar-se a xilogravura, monotipia, aquarela, pintura sobre madeira bem como à produção de livros de autor (1958-83) e literários (1950-75: poemas, aforismos, novelas, diário, narrativa fantástica, manifesto político), não o impedindo de criar baixo-relevo *O eterno reverso* sobre «dualidade estrutural do ser humano» tal qual Paulo Henriques interpreta em obra de artista, perene, agraciado em 1978 com Ordem de Mérito pelo presidente da República Federal da Alemanha, Walter Scheel (Semke 2009:261), e em 1990, igualmente agraciado, com Ordem do Infante D. Henrique por presidente da República de Portugal: Mário Soares.

## 5.

É da natureza do e no Homem: o Reconhecimento.

Também o reconhecer na realidade do Lugar o que busca na realidade do Ideal.

Será da natureza de todo o viajante observar lugares em mira.

Assim aconteceu com Conde Felix Lichnowsky cujo périplo por Portugal ocorreu entre 24 de Junho e 5 de Agosto de 1842, o que lhe permitiu assistir à abertura das Cortes em Julho deste ano, justamente quando D. Maria II anunciou Carta Constitucional da Monarquia como «lei fundamental do Estado».<sup>8</sup> Exactamente o ano, durante o qual o reino da Prússia encetaria as relações diplomáticas com o reino de Portugal.<sup>9</sup>

O relato deixado em obra, publicada um ano mais tarde (1843), permite-nos hoje perceber como, na época, o Norte da Europa via Portugal e respectivo atraso, de que era objecto, e qual o tipo de ajuda, de que careceria, para poder acompanhar Europa cujo andamento moderno se pretendia estender a maior número da população sem excluir burguesia de negócios, aristocracia terra-tenente, capitães de indústria. Viajante e diplomata, ilustra-nos seu ponto de vista à medida que alude a usos, factos, relações diplomático-comerciais entre Portugal e Grã-Bretanha, como assinalámos em

<sup>8</sup> Felix Lichnowsky, 1890. *Portugal Recordações do Ano 1842*. Lisboa, Alfa, p.84.

<sup>9</sup> E. A. Strasen, Alfredo Gândara, 1944. *Oito Séculos de História Luso-Alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano, p.362.

«Alemanha por Portugal. Aspectos: Nexos e Conexos – (XVIII,XIX XX,XXI)».<sup>10</sup> Deixa entrever o quanto o Congresso de Viena se mantinha atento a Península Ibérica e respectivos movimentos liberais, porquanto, em plena segunda metade do Século XIX, Portugal, na perspectiva de vários tipos de viajantes, apresenta singularidade: «A nobreza é falha em distinção e liderança, o povo é pródigo em nobreza e destreza».<sup>11</sup> Todavia, fiel à sua condição histórica de «se haver lançado em África e por “dizer” África em Português», atraía atenções sobre estes mesmos, civilizacionalmente, indistintos além mar.

A figura de D.Fernando II de Saxe-Coburgo-Gotha deixa inscrito, no seu sonhado e realizado Palácio da Pena, marca histórica indelével, à qual aludimos já:

Ein breiter Weg, teils gemauert, teils in den Fels gesprengt, führt in vielen Krümmungen über eine Zugbrücke zum äusseren Schloßtor, über dem die königlichen Wappen von Portugal und Sachsen in erhabener Arbeit so fest angebracht sind, daß wohl allen Stürmen auf diese luftigen Höhe Widerstehen und durch Jahrhunderte vereint auf Land und Meer herabschauen werden. (Lichnowsky 1843: 276) (Um caminho largo, em parte murado em parte rasgado na rocha, conduz-nos por entre muitas curvas e através de ponte levadiça até às portas do palácio sobre as quais impendem as armas reais de Portugal e da Saxónia, executadas tão solidamente que não haverá nestes cumes ventosos borrasca a que não resistirão deveras enquanto unidas vigiarem ao longo dos séculos por terra e por mar).<sup>12</sup>

Pelo olhar de José Manuel Martins Carneiro, antigo director do Palácio da Pena, por quase três décadas, «acompanhamos» em «Contributos germânicos para a obra de Pena em Sintra» intervenção – reconstrução, restauro e ampliação: «palácio novo» – intentada por D. Fernando II no conventinho Jerónimo da Pena – em ruínas desde 1755 e inactivo desde a extinção das ordens religiosas – desde a vista primeira em 1836, o ano da sua aquisição (1838) e o da aquisição das «ruínas medievais do Castelo dos Mouros e [...] propriedades envolventes» (1839) (cuja intervenção ocorreu sobretudo entre 1841-1846) – até à conclusão do Palácio como o conhecemos hoje e cuja influência faz prova de ter sido acolhida por arquitecto Víctor A. Mazyrine,

<sup>10</sup> AAVV, 2013. «Alemanha por Portugal. Aspectos: nexos e conexos – (XVIII,XIX XX,XXI)» in *Alemanha:Portugal – Aspectos em revista*. V.N.Famalicão, Húmus, pp. 88-91.

<sup>11</sup> AAVV, 2004. *Arte & Discursos*. Lisboa, FCSH-UNL, p.117.

<sup>12</sup> AAVV, 2013. «Alemanha por Portugal. Aspectos: nexos e conexos – (XVIII,XIX XX,XXI)» in *Alemanha:Portugal – Aspectos em revista*. V.N.Famalicão, Húmus, p. 90.



autor do projecto de Palácio Morozov mandado construir por Arseniy Morozov, herdeiro de fabulosa fortuna familiar de industriais russos, o qual, na companhia de respectivo arquitecto, viajou por Portugal e Espanha em 1897.

Desde logo, registamos intenção de monarca consorte delinear espaço romântico ao estilo paisagista inglês arborizando em serra calva para, tirando partido «du ha!-ha!» – «saut du loup» arquitectado compreendido no jardim Le Nôtre – quiçá desfrutar melhor de lonjura plana, proporcionada pelo oceano apenas; e convocar (1839-1853) general Wilhelm Ludwig, Barão de Eschwege, sumidade em engenharia de minas e estabilidade de solos, empossado intendente geral das minas e metais do Reino de Portugal pela segunda vez em 1835, igualmente conhecedor do quadro português de primeira metade do Século XIX e de proficiência indispensável não só à consecução de projecto de estabilidade em obra-de-arte total, e inédita, «real» em Portugal, porquanto visava o rei equilíbrio entre palácio, parque-jardim-quinta e castelo mourisco. D. Fernando II proporcionou para tanto, nos anos 40, viagem do Barão por Inglaterra, França, Itália, Prússia (palácios: Glienicke – sudoeste de Berlim, Charlottenhof e Babelsberg – Berlim Potsdam), Magreb (Argélia), Espanha (Córdova, Sevilha) a fim de familiarizá-lo com volumetrias, espaços exteriores e, possivelmente, condução e jogo de águas, que traduzissem sensibilidade, quer respeitadora da tradição, quer dialogante com os elementos, a alma individual, a universal – como era apanágio de mundivisão romântica.

Martins Carneiro não deixa de salientar papel decisivo quer de Nicolau Pires, colaborador em levantamento tipográfico, projecto de arquitectura, plantas de pormenor, quer de mestre-pedreiro João Henriques na gestão de obra e de estaleiro especialmente em ausência (1847) do Barão, para prosseguir esclarecendo linha arquitectónica mestra: neo-gótico patente em palácio de Babelsberg, cuja imitação D. Fernando II perfilhava e, por exemplo, cuja «Torre principal inspirara[m] o rei para “chegar” ao Torreão da Pena ou cujas “bow-windows” o rei soubera fazer diluir em “figura escultórica do tritão” [...] transformando a outra janela em balcão-varanda» para- ver-o-mar; também destaca influência do Castelo – em margem esquerda do Reno – Stolzenfels sobre, quer fachadas principal e a tardo do Palácio da Pena – «amaciada» por estilo árabe e oriental-indiano com minaretes, remates de chaminés, cúpulas em azulejo, terraços múltiplos –, quer «Torre do Relógio», quer caminho da ronda propiciando «magnífico belvedere». Descreve igualmente cronologia seguida por construção de portas e pórticos e vias de acesso ao Palácio e demais edificações de apoio, referindo igualmente o ano de 1848 como o do início das plantações quer do Jardim Novo quer do Jardim Inglês – após trabalhos de limpeza iniciados em 1846 e de construção dos tanques e

lagos entre 1844-1848 – e os entre 1849-1854 como os das obras relativas ao Palácio Novo, cujos caminhos de acesso foram construídos e asfaltados entre 1848 e 1854.

Munindo-se de memórias de 1941, nas quais a autora Peggy Guggenheim anota toque surrealista sentido ao imaginar igualmente fantasma de Hamlet deambulando à vontade por tal espaço, Martins Carneiro, conservador distinto, enaltece bem sucedida interpretação do «espírito-do-lugar» por monarca fiel quer a «linhas mestras do novo movimento artístico e [...] inteligente [quer a] correlação com os valores culturais da história do povo português».

## 6.

Na verdade, trata-se de promover união de esforços, de congregar a «energia»<sup>13</sup> de que cada nação será expoente; potenciá-la com conspiciência e proficuidade para si e demais nações suas consociadas.

Friedrich List (1789-1946), em *Das nationale System der politischen Ökonomie*<sup>14</sup> denunciando perspicácia inglesa causadora de atrofia da indústria portuguesa desde o Século XVIII por obra da ratificação por ambos os estados do Tratado de Methuen (1703), apela à ponderação do comércio livre e da livre concorrência atendendo a tempo e lugar de sua aplicação, apresentando, em alternativa, modelos de países ambiciosos como a Alemanha, Holanda, América do Norte, aos quais aconselha Portugal a associar-se – logo em 1841 – para corroborar equilíbrio e paz em Europa liberal, a fim de contrabalançar supremacia inglesa vigente à época.

Eduardo Sousa Ferreira, doutor em Economia e professor jubilado do ISEG – Universidade de Lisboa, verte em breve ensaio, intitulado: «A dimensão internacional de List e sua recepção em Portugal», saber sobre economista germânico, Friedrich List, de visão europeia, o qual nos é apresentado como havendo, logo em inícios do Século XIX, criado relevante noção de «forças produtivas» enquanto fonte de riqueza perene de toda a nação.

Co-autor da tradução da obra de Friedrich List publicada em 2006 por Fundação Calouste Gulbenkian, que prefaciou, Eduardo Sousa Ferreira salienta o apoio incondicional de List ao incremento levado a cabo por indústria pesada e rede ferroviária germânicas potenciadas e potenciadoras por/de União Aduaneira (*Zollverein*: 1834) com vista a consolidação de II

<sup>13</sup> Eugen Wendler (org.), 2008. *Friedrich List – Das Nationale System der Politischen Ökonomie*. Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, p.392.

<sup>14</sup> Friedrich List, 2006. *Sistema nacional da economia política*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Império Romano-Germânico, cuja aclamação ocorreria em 1871 sob acção decisiva de chanceler Otto von Bismarck na figura de imperador Wilhelm I – avô de Wilhelm II: o último dos imperadores germânicos.

Assevera Sousa Ferreira haver nota de nome e teoria económica de List serem conhecidos em Portugal, porém, por cidadão alemão de nome C. Schuster, comerciante com actividade em Lisboa, que, pelo ano de 1844, em missiva dirigida ao economista, lhe solicita se preste «atenção a Portugal e suas Colónias» e bem assim a «estratégia» viária para potenciar comércio entre os reinos da Ibéria e da Prússia e outros integrando a respectiva União Aduaneira (*Zollverein*). E confirma chegada, a Portugal, de obra de autoria de List a partir de 1857 via tradução francesa; salienta início do estudo de respectiva teoria sobre economia política na Universidade, em Coimbra, em finais de Século XIX por José Frederico Laranjo, apresentando-o como autor de estudos entre 1881 e 1884 sobre contemporâneos de Friedrich List, Francisco Solano Constâncio (1877-1846) e José Acúrsio das Neves (1766-1834) cuja defesa da industrialização em Portugal souberam propagar como via única para o progresso do país, obtendo aplauso de Friedrich List e chegando o primeiro a ser tido por alguns como o precursor do próprio economista germânico. Segundo Sousa Ferreira, terá sido Marnouco e Souza quem se ocupou «da Escola Histórica e das teses de Política Económica de List»; pese embora o facto de ter sido o economista monárquico e apoiante das teses republicanistas A. Oliveira Marreca (1805-1889) quem, ao longo de «34 ensaios sobre “Interesses Industriais” publicados entre 1848 e 1849 no periódico *A Revolução de Setembro*», melhor pugnou pela produção industrial em Portugal contra inglesa, defendendo protecção à alemã e atacando o Tratado de Methuen (1703), o qual também List, em capítulo V de sua obra, denunciava por considerá-lo nocivo à economia de Portugal como nação pequena e incapaz de enfrentar avalanche industrial-comercial oriunda de Inglaterra; também contra a agressiva política comercial e industrial se insurgiu empresário têxtil portuense, António Pereira Magalhães, defensor, para o Portugal de 1871, de resistência prática e germânica segundo teoria de List, pela qual impostos alfandegários seriam de canalizar para apoio à indústria nacional.

Sousa Ferreira destaca ainda Francisco A Corrêa e António Lino Neto, professores do antigo ISCEF, como adeptos da bem sucedida política económica alemã baseada nas ideias de List e tomadas por este como precursoras do imperialismo alemão; relembra referência a «Sistema de Economia Nacional tal como desenvolvido por List» em *Pequena história das doutrinas económicas* (1945), escrita por Oliveira Salazar.

Conclui acerca da impossibilidade de escamotear proteccionismo – naquele tempo estrategicamente propalado por List – continuado ainda em dias de hoje.

## 7.

Sempre a premência em promover as melhores proto-capacidades nacionais obviando às atitudes ou costumes coevos cujos fins não consolidassem consciência nacional em contexto também europeu.

O jovem Eça de Queiroz, também em *As Farpas*, assinalava – pelos inícios da década de 70 do Século XIX – existência inambiciosa do Portugal em Lisboa, cuja população paradigmaticamente feminina e burguesa ilustrava bem atraso português face à Europa moderna.<sup>15</sup>

Também o jovem Antero de Quental (1842-1891), com não menos sentido de «realismo», critica em «Carta ao Ex<sup>o</sup> Sr. António José d'Avila – Marquez d'Avila, Presidente do Conselho de Ministros» (s/l,s/d),<sup>16</sup> decreto exarado por este proibindo «suas» «Conferências Democráticas» (1871) – em organização com Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão entre outros – porque «acto atentatório de pensamento, da liberdade e da liberdade de reunião».

Antero de Quental, almejando assim sociedade humana justa e liberal (Quental s/d: 4), admoestava José d'Avila a seguir exemplo de liberais ingleses do Século XIX, ao tomá-los como exemplo para político moderno ouvinte do século e respectivos «espírito» e «opinião»: «A política é o instrumento da justiça social. [...] Que diz à verdade fala! Que diz à consciência revela-te! Que diz às almas emancipai-vos! Que sobretudo diz aos costumes moralizai-vos!...» (Quental s/d: 5). Cultor de «discussão serena» esclarece o Marquês d'Avila ter sido apenas o «pensamento de amor» aquele que presidiu à convocação de «todas as vontades leais» presentes em público formado por «conservadores inteligentes» e composto por «magistrados, proprietários, oficiais do exército, deputados, funcionários, capitalistas» para combater a «decadência política e das letras» e denunciada causa: «a corrupção dos costumes». (Quental s/d: 7)

Antero de Quental, em carta de 1885, confessa igualmente a D.<sup>a</sup> Carolina Michäelis de Vasconcelos nunca ter «pretendi[do] ser poeta»<sup>17</sup>, apesar de reconhecer papel de tal postura «no decurso de [sua] evolução moral» que teve como marcos «Homero e os Nibelungen em traduções francesas: Goethe e Heine, Dante e Shakespeare, Byron e os romancieiros espanhóis no

<sup>15</sup> Eça de Queiroz, 2004. *As Farpas*. Cascais, Principia, pp. 413, 415, 417.

<sup>16</sup> Consultável em: Biblioteca Museu República e Resistência.

<sup>17</sup> Antero de Quental, 1921. *Cartas de Antero de Quental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 324.

original» (Quental 1921: 325) cujo fundo – o atraía mais devido a interesse pessoal maior e a «novo símbolo [...] e novos ideais» (Quental 1921: 327) aguardados – mais que a forma o levava a acolher ideias filosóficas como as de Hegel (Quental 1921: 326), por, para o mundo, tomar como indispensáveis: «ideias e filosofia» (Quental 1921: 327) para fazer despoletar a «renascença moral» agora em carta a tradutor Tomazzo Canizzarro do ano de 1888 (Quental 1921: 310) no seio de «forma social estável»: Democracia.

Este regimen político pugnado por A. Quental em sociedade explicada como organismo vivo cujo progresso económico tanto mais se compreendia «cientificamente» quanto contributos da História e da Psicologia fossem igualmente atendidos como constatava exemplificadamente em *História da Civilização Ibérica* de Oliveira Martins – por si comparado aos «Katheder-Socialisten» da Alemanha como refere em Carta de 2 de Outubro de 1886 a seu tradutor italiano Tomazzo Canizzarro. (Quental 1921: 310)

Em 1887, carta de 14 de Maio, endereçada a W. Storck, tradutor dos seus sonetos para língua alemã, declara-se, enquanto «discípulo da Alemanha filosófica e poética» (Quental 1921: 2), «definitivamente conquistado para o germanismo» (Quental 1921:3) após leitura de obras em língua francesa de Goethe: *Fausto*; de «Rémusat sobre a nova filosofia alemã» (Quental 1921: 3); de Hegel – mais tarde de Kant e Leibniz enquanto «origens do pensamento alemão» (Quental 1921:11); e de Marx e Engels – à medida que propugnava «União Ibérica por meio da república federal» (Quental 1921: 6), fundava associações de operários e introduzia Associação Internacional de Trabalhadores em Portugal – o que lhe granjeou a fama «durante uns sete ou oito anos [...] de pequeno Lassalle». (Quental 1921: 3-4)

A. de Quental assume-se inclusivamente caso factual da história do Germanismo na Europa justamente por perceber «tendência do espírito moderno». (Quental 1921: 12-13)

Apresenta-se como adepto convicto do papel preponderante do espírito sobre a natureza – que identifica como «símbolo obscuro e imperfeito do espírito» -, pela única razão de ser a suprema lei do universo a «essência do espírito»: o bem; tendência cujos «claros sintomas» constata «sobretudo na Alemanha». (Quental 1921: 11-12)

Paulo Ferreira de Castro, musicólogo, professor e investigador integrado em CESEM, FCSH/NOVA, atesta o valor de «germanismo» em «Visto de Portugal: Verdi, Wagner e o teatro das nações».

Destaca como Eça de Queiroz, em «palavras muito duras para com a política cultural do país», critica em *As Farpas* a vida cultural lisboeta denunciando «ópera [como] um lupanar» para responsabilizar Teatro S. Carlos pela

decadência moral via cultura nacional do Século XIX cujas consequências para a educação da juventude tomava por sobremodo «nefastas», em virtude de exagerada preferência por obra de compositores italianos, impedindo realizasse a música «o seu ideal de masculinidade heróica e impoluta».

E continua mostrando como Eça de Queiroz se apoia em: «visão redentora da (boa) música alemã» proporcionável por obra de compositores como Wagner, Meyerbeer, Gluck, Mozart, Beethoven, porque pensadores cujas ideias cantariam vasto «Ideal».

Contrariamente ao que aconteceria com obra de compositores italianos cultores de sentimentalismos, a ópera de origem germânica, segundo agora Ramalho Ortigão, em muito se distinguiria como «verdadeiro agente do progresso e da história em marcha».

O próprio jovem Antero de Quental, Paulo Ferreira de Castro mostra-o, terá em 1866, em artigo intitulado «O futuro da música» apontado à música a «necessidade de expressão da face obscura e contraditória dessa mesma modernidade; enquanto arte romântica por excelência, voz do lirismo nocturno e da fantasia dolorosa».

À época, intelectuais-reformadores, insignes apoiantes, como os de Geração de 70 – justamente em último quartel do Século XIX português – das «Conferências do Casino» insistiam, como defende A. Quental em Carta dirigida a Teófilo Braga, em mostrar «como o socialismo não é uma agitação superficial e subversiva, mas uma natural evolução histórica, fatal e justa, como a missão de Estado é não contrariar estas tendências espontâneas de uma sociedade que se renova». (Quental 1921: 286)

A música italiana carecia de lastro germânico: por imposição de progresso histórico; todavia a influência sobremodo dominante da cultura francesa, constatada 22 anos mais tarde por Quental, que responderia pelo facto de «Portugal literariamente quase uma província de França<sup>18</sup> (Quental 1921: 311), nos anos 90, não ofuscará a sua importância como tendência «propedêutica» à educação músico-cultural da burguesia urbana portuguesa. Aliás, Antero de Quental via com bons olhos a aliança entre o «naturalismo hegeliano» e o «humanitarismo radical francês<sup>19</sup> (Quental 1921: 9). Ferreira de Castro acaba brindando-nos com facto precioso, ao referir poema sinfónico *Antero de Quental* (1907-1908) de autoria de Luís de Freitas Branco, (1890-1955) enquanto «testemunho eloquente e quase sem paralelo na música orquestral portuguesa da época da influência explícita de Wagner».

<sup>18</sup> Cf. carta de A.Quental a T.Canizzarro, 29 Maio 1888.

<sup>19</sup> Cf. carta a W. Storck de 14 de Maio 1887.

## 8.

Mesmo os factos, sendo apenas argumentos, como sublinha Fernando Ribeiro em «Portugal-Alemanha: Fernando Pessoa?» com o objectivo de destacar o pensamento de Fernando Pessoa com «visão prática do mundo» – como se define este poeta – não deixam de se integrar em matéria constitutiva de «organismo vivo de funções complexas» que ganham expressão inteligente por via de linguagem translata comunicando verdade-resposta pertinente ao momento sociológico coetâneo. Re-vemos F. Pessoa prático o bastante para querer fazer de Portugal – e seu vindouro «povo [o] mais civilizado da Europa» – espaço para desenvolver «cultura germânica à Portuguesa» (1919), atendes-se ao «organizar também os organizadores», para que, com o distanciamento devido de régimen, quer monárquico, quer republicano, se fizesse jus ao destino – organicamente – imperial de Portugal cujo escol teria por missão fazer cumpri-lo.

Sublinhando o quanto Pessoa enaltece passado, presente e futuro de Portugal à luz da sua condição de Nação-sujeito-de-descobrimentos, Nação-sujeito-de-imperialismo-de-cultura e Nação-sujeito-de-civilização-ibérica face ao passado, somos levados a recordar a oportunidade de regressar a matriz nacional: «ideia de descoberta» – no que esta apresenta como ingente contributo para a modernidade do mundo – para que compreendamos, como Pessoa, o quanto de organização, método e orientação científica estava em tal empreendimento implícito, a fim de aceitarmos quanto a sua admiração pela organização e disciplina observadas em e por germânicos durante a sua existência os tornava modelo para Portugal – porquanto haviam sabido realizar com Bismarck a Liberdade pela Unidade e elevar «a disciplina social [...] a um sistema de estudo e de governo». Não nos surpreenderemos por Pessoa salientar a necessidade de Portugal ganhar consciência civilizacional de si próprio, como a Alemanha a ganhou, e de a sua alma se dever aliar à germânica. Por Fernando Ribeiro, atendemos ao valor enaltificado por Fernando Pessoa no exemplo realizado pela nação alemã para melhor recordarmos a coerência da crítica contundente à inépcia em «burguesismo» abundante na Primeira República, o qual, segundo o poeta-sociólogo, seria superável, desde que relacionamento estreito entre «forças intelectuais e activas» contribuisse para sociedade civil comercial e industrialmente organizada; por sua vez, coordenadas por estado não menos organizado cujo reflexo se repercutiria em existência individual pela vida com alegria e esforço, à medida que se perseguisse ideal de obra social «anticristã, antidemocrática, anticatólica, antimonárquica».

Contudo, somos igualmente levados a atender a condição presbite em Pessoa: culto da língua e cultura portuguesa. Será a sul da Europa que perscrutará valores mesclados oriundos de cultura mediterrânica e atlântica vivos em Ibéria também acolhedora de tradição árabe. O Imperialismo de Cultura vislumbrado por Pessoa e a ser perpetrado na potenciável Confederação Ibérica – e por si tão acarinhado grupo civilizacional -, corroboraria a já por si propalada aristocracia, matutina, de cultura e carácter agente de gestão avisada de culturas e «potencialidades» patentes e emergentes n/das Américas Central e Sul e n/do Norte de África.

Percebemos melhor o escopo na mira de Pessoa: fortalecer a nação portuguesa e também respectiva cultura mediterrânica sem se eximir ao papel indisciplinador de ideias morais e patrióticas em trânsito para literatura e filosofia «originalizantes», tal como em Álvaro de Campos foram respigados na Língua Portuguesa:

«[...]»

Merda!

A Europa tem sede de que se crie, tem fome de futuro!»

## 9.

Língua Portuguesa: a da preferência de Moçambique, membro da Commonwealth, como língua oficial e cuja escolha poderá, segundo embaixador José Cutileiro, ser iluminada por observação franca de presidente Machel citada por sabedoria deste diplomata – «Vocês tratavam-nos como pretos, mas estes gajos [e estes gajos eram russos, suecos, americanos, franceses] tratam-nos como macacos»<sup>20</sup>. Durante a sua missão em Maputo Embaixador Cutileiro repararia quanto, ao contrário do que acontecia sob regímen de Salazar, a indústria portuguesa tinha cada vez maior implantação naquele país da costa oriental de África.

Língua: «pulmão para Portugal»; peremptório, embaixador Cutileiro defende justamente incomensurável valor de tal órgão de Nação para afectação da respeitabilidade ingénita devida por Alemanha – o que o faz precisar «por experiência própria, por ter trabalhado em organizações intergovernamentais europeias que os alemães são ainda hoje, de longe, o grande país que trata com mais decência os pequenos» (Cutileiro 2009: 54) – ainda que convicta, apesar de tudo, da sua condição de potência mais económica que política, mas promotora do poder de decisão por colégio com sede em Bru-

<sup>20</sup> José Cutileiro, Ricardo Alexandre, 2009. *Visão global – conversas para entender o mundo*, Lisboa, Prime Books, p.158.



xelas, em cujas instituições todos os países estão representados não deixando de ser indispensáveis a tal «tecido enorme» europeu (Cutileiro 2009: 51-53), o qual sobreviverá tanto melhor quanto souber obviar, em terra própria ou estrangeira, a tentação proteccionista (Cutileiro 2009: 52) sob pena de se pôr em causa «[...] o mundo livre, a Aliança Atlântica [...] a Europa Unida [...]» como continua defendendo (Cutileiro 2009: 50) sem esquecer a «Declaração do Milénio» adoptada em 2000 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, alertando assim para a clareza do Objectivo 8 quanto à criação de «parceria global para o desenvolvimento para o Século XXI», o que nos permitirá destacar justamente as metas 12<sup>a</sup>: «Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório»; e 13<sup>a</sup>: «Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados». (*apud* Cutileiro 2009: 64-65)

Atentemos em visão ponderada frontalmente oferecida por embaixador Cutileiro, porquanto a Portugal bastaria: «portar-se com a maior decência possível nas relações internacionais» (Cutileiro 2009: 235) tirar partido da sua condição de membro fundador da NATO e da condição de membro da União Europeia (Cutileiro 2009: 234-235), continuar a gerir com maior proficiência fundos estruturais e a potenciar respeito granjeado por nossos concidadãos em missão pelas instituições internacionais, sem nunca esquecer sua vocação, quer a norte, quer a sul de ambas as costas do Atlântico, nem tão pouco o aprofundamento das relações com a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). (Cutileiro 2009: 236-39)

## 10.

Da Nação portuguesa procurando-se:

– «opção europeia» através de I Governo Constitucional liderado por Mário Soares, cujo ministro de Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira, logo em Março de 1977, encetou processo de adesão, o qual veio a culminar em Janeiro de 1986.

Da Nação portuguesa procurando-se:

– superar «história das aventuras comerciais internacionais com ciclos exógenos de especiarias, mineração, comércio de escravos» e comércio algo legal com potências beligerantes em conflitos internacionais, dos quais sabia tirar partido económico em guerras: Anglo-Boer, Civil de Espanha, Primeira e II Mundiais como explicitou José Medeiros Ferreira.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> José Medeiros Ferreira, 2014. *Não há mapa cor-de-rosa. A história (mal) dita da integração europeia*, Lisboa Edições 70, p.105..

Da Nação portuguesa procurando-se:

– regímen republicano em busca de eterno financiamento externo (Medeiros Ferreira 2014: 112-113), havendo-o obtido em Janeiro de 1977 junto de um consórcio de países liderados pelos EUA: RFA e também da França, Japão, Itália, Bélgica, Holanda, Suécia, Suíça, Dinamarca, Noruega, Áustria, Irlanda e Venezuela. (Medeiros Ferreira 2014: 114)

Da Nação portuguesa procurando-se:

– o conseguir aceder a «progresso e modernização» em momento histórico, durante o qual a Comunidade Económica Europeia vivia já em prosperidade – o Muro de Berlim ainda não fora derrubado –, a qual almejava transferi-la para sociedade portuguesa, que por sua vez tardava em manter vigoroso o bastante «pensamento estratégico» (Medeiros Ferreira 2014: 112) necessário a períodos de aflição ulteriores.

E José Medeiros Ferreira ilustra como entre passado regressivo e presente prenhe de ansiedade neoriquista com «muita banca, muito cimento, muito comércio alimentar» e pouca indústria transformadora (Medeiros Ferreira 2014: 142), Portugal se deixou enredar em teia de modernização ao colocar-se como «país devedor» (Medeiros Ferreira 2014: 139) quase «imobilizado» por governança económica europeia centralizadora e burocrática (Medeiros Ferreira 2014: 141-142) cuja consequência mais dura estaria à «vista» com retoma da «mobilidade do factor trabalho»: a demanda da sobrevivência de uma nação corre de par com a perseguição da moeda pelo lado humano (Medeiros Ferreira 2014: 144). A democratização e a modernização da sociedade e nação portuguesas sob assimilação veloz terão obviado à ponderação necessária à capacidade negocial para que Portugal não se perdesse tanto no seio de globalização, instalando-se e consolidando-se ainda mais a partir de 1989.

Todavia, Medeiros Ferreira não desconhece corresponder esta fase da vida da EU – cuja produção-a-ritmo de Tratados, qual pretensão de legitimação de federalismo ainda distante do pretendido e a ser sentido pelas diversas nações europeias – e da República Portuguesa – à beira de fragilidade singular ou ibérica – à assunção do alertar para consciência do momento histórico hodierno (Medeiros Ferreira 2014: 112) que deverá suscitar intervenção portuguesa à luz de conceito já encontrado em Pessoa-sociólogo: a ideia-de-descobrir.

Imporá o futuro que Portugal, propõe Medeiros Ferreira, tenha da integração na EU a percepção, segundo a qual terá de ser mais «activo» (Medeiros Ferreira 2014: 113) e interventivo na esfera global, integrando-se em estratégia mais vasta (Medeiros Ferreira 2014: 147), simultaneamente desvanecendo hierarquias intra Europa, através de:

– consolidação de política externa nacional própria e activa capaz de magnetizar investimento estrangeiro em território quer continental, quer insular, quer oceânico; (Medeiros Ferreira 2014: 154)

– «interdependência» com «CPLP para a defesa e promoção da Língua Portuguesa no mundo nacional e internacional»; (Medeiros Ferreira 2014: 153)

– interdependência com os «EUA para a inovação tecnológica, científica e universitária e para o futuro da racionalidade internacional de segurança»; (Medeiros Ferreira 2014: 153)

– interdependência com «Brasil, Angola e Moçambique, entre outros países, para restabelecimento das relações comerciais e financeiras suplementares ao espaço europeu». (Medeiros Ferreira 2014: 153)

A Portugal, a recordação da sua missão de redescobrir o seu papel adentro da EU, procurando-se missões em organizações de governança internacional financeira, militar, humanitária (Medeiros Ferreira 2014: 153), pugnando, por exemplo, em seio da EU por criação de «Senado – câmara representativa dos Estados-membros» – (Medeiros Ferreira 2014: 141) capaz de cooperar na criação de instrumentos para obviar ao «dumping social» estimulando a EU a promover o diálogo entre a Organização Mundial do Comércio e a Organização Internacional do Trabalho, a fim de, em contexto de globalização económica, tornar «regras de concorrência internacional» fundadoras de «comércio justo» (Medeiros Ferreira 2014: 135) sob distribuição mais equitativa de rendimentos – por «todos» defendida.

## 11.

Momento histórico, também o actual, aquele no qual a EU seria também alvo de fraccionamento segundo estados: beneficiadores e beneficiários; sendo que a diferença entre ambos se mediria quer pela alta taxa de industrialização quer pela baixa taxa de desemprego (a Norte e em comparação com o Sul);

Não despreciando o facto de mesmo assim qualquer dos grupos não estar livre de alta taxa de desemprego se comparada com as décadas de 50-60 do Século XX, como refere Tony Judt<sup>22</sup>.

Quanto mais para fora de zonas industrial e comercialmente ricas – Baden-Württemberg, Rhône, Lombardia, Catalunha – e de outras próximas de centro de decisão: Luxemburgo, Saarbrücken, Metz – nas quais as condições traduzem o modelo de bem-estar europeu contrastante com zonas perifé-

<sup>22</sup> Tony Judt, 2013. *Uma Grande ilusão? Um Ensaio Sobre a Europa*, Lisboa Edições 70, pp.93-94.

ricas e/ou menos industrialmente favorecidas – mais se constatará elevada taxa de desemprego conducente a maior dependência de apoio social. E a maior aumento da dependência e dos custos de recursos energéticos fósseis, porquanto a mais baixa taxa de crescimento demográfico corresponderá maior esforço de sistema de segurança social para apoio prolongado no desemprego e na doença, na reforma e também a «aceitação» de mão-de-obra imigrada a assimilar pelo sistema, porque indispensável e vantajosa à subsistência respectiva – embora hoje em dia apenas «sazonal». (Judt 2013: 104-105)

As grandes urbes serão funcionais, as correspondentes áreas suburbanas sustentáveis – ainda que vivendo sob desolação, sendo que a maioria dos estados da periferia, a sul e a leste, só partilha de rendimentos que os tornam predominantemente beneficiários (Judt 2013: 102;109) – por a EU continuar a aperfeiçoar instituições em toda a extensão da sua geografia para minorar pobreza e degradação das condições de vida, por ser a EU iluminada por padrões de apoio social atingidos entre 1941 e 1951. (Judt 2013: 98-100)

Pouco tem podido a EU contra o facto de também no mercado de trabalho comandar a lei da oferta e da procura (Judt 2013: 108) – como assevera Tony Judt –; por muito que respeite o «multiculturalismo» e institucionalize medidas de apoio à economia-social (Judt 2013: 109), é facto que o mercado global tem mostrado inoperância de partidos e organizações de trabalhadores (Judt 2013:119), o que, acrescentado à incapacidade de FMI para contribuir para o equilíbrio das contas públicas de estado sem moeda própria, leva à procura de novas soluções para estas questões sociais como referiu Medeiros Ferreira. (Medeiros Ferreira 2014: 151)

A concentração da propriedade fundiária, da riqueza industrial, da propriedade intelectual, das competências técnicas, da distribuição da riqueza, não equilibra da melhor maneira o egoísmo social, do qual a Europa parece (Judt 2013: 107) não tirar conclusões práticas quando resultados eleitorais denunciam opções surpreendentemente extremas.

Poderá também aqui ser o conceito de Imperialismo-de-cultura aventado por Pessoa suficientemente iluminante? Não coincidirá com a vontade de regresso a uma solução integrando gestão por um lado de proximidade-regional segundo as particularidades de região, por outro, e em respeito pelo princípio básico, de observância de uma cultura que será sempre local-regional e não global distante do cidadão? Afinal, ao encontro do que afirma Judt, segundo o qual este modelo de Europa recuperaria o de estado-nação esclarecido por iluministas implementadores de via pelo progresso, em reforma, pela proximidade em serviço ao desenvolvimento de cidadão a

tornar mais culto. Aventariamos, segundo, valores (de) Partilha, (de) Produtividade (em) Paz. Conjugação-triádica, sem a qual a produção e comércio de bens facilmente redundariam em negócio sem Humanidade, de que a guerra seria corolário, cujos efeitos conhecemos cabalmente. A Pátria, como lábaro de comunidade cosmopolita em formação, não provocaria cizânia em seio de estados-nação confederados, porquanto tornar-se-ia pedra-de-toque de quaisquer laivos de des-União sob liderança conjuntural.

Levará gerações, como no seio de nações europeias mais vetustas, a realizar-se. Será, por certo, a única alternativa a vazio-institucional que actualmente europeus rejeitam sempre que, conscientes da necessidade de sua indispensabilidade, atendem apenas à paz entre os povos.

À EU: necessária a consciência sobre visão que povos e culturas em busca de seu bem-estar e condição geo-estratégica cultivam para saber transformar-lhes respectiva energia em riqueza. (Judt 2013: 123)

O momento urge e os estados-membros vão identificando o desafio: potenciando oportunidade de solução região a região.

## 12.

Por evidência oferecida por Félix Ribeiro<sup>23</sup>, a Portugal caberia tomar consciência da sua dimensão «periférica» (Félix Ribeiro 2014: 214) a partir ou não do centro da Europa. Como referiu Pessoa, a Portugal a consciência da respectiva dimensão: Atlântica, Mediterrânica, Europeia e Africana.

A Portugal, o aprender com exemplo de D.Fernando II ao identificar oportunidade de, com disciplina e método e estudo de tendências estéticas autóctones, europeias e antigo-portuguesas, deixar para a posteridade mais-valia ao colocar mais valor em ruína sobre chão deserto e ermo, mas geoestrategicamente-com-visão. Ou com o de Hein Semke que, do amor inabdicado a Terra que o acolheu, persistiu também pelo inédito esculpido ou ganho em peças-cerâmicas, traduzir «compreensão das coisas que ainda não conseguimos compreender até agora». [nós, em Portugal]

Afinal, também identificar e interpretar oportunidades de desenvolvimento económico em Século XXI pelo estudo: competências, conhecimentos, criatividade, convocando a «energia», como F. List afirmou, nacional, para melhor atrair IDE (Félix Ribeiro 2014: 214) ao identificar «vagas "mundiais" de investimento e inovação» (Félix Ribeiro 2014: 127), tirando também partido de localização geoestratégica (Félix Ribeiro 2014: 216) e da capacidade de

<sup>23</sup> Félix Ribeiro, 2014. *Portugal – A economia de uma nação rebelde*, Lisboa, Guerra e Paz.

fixar ganhos que geração qualificada e em actividade em laboratórios de investigação em rede e credenciados internacionalmente detêm e a torna competitiva globalmente (Félix Ribeiro 2014: 110; 216), também em função de coesão nacional a reforçar (Félix Ribeiro 2014: 130), potenciando afinal as «forças produtivas» – conceito enaltecido em F. List por Eduardo Sousa Ferreira – do Portugal de Século XXI.

Continuando produzindo e exportando bens de primeira necessidade. Aceitando investimento e parcerias em indústria pesada, extractiva, de recursos energéticos pela mão de multinacionais oriundas ou não do continente europeu, mas apostando ainda no turismo e serviços e em indústria ligeira, em parceria ou não, de base nacional, sem esquecer a sua dimensão de especialização em nichos como os da inteligência artificial, aeronáutica, mobilidade eléctrica sempre tendo em vista a redução de *deficit* nacional via exportação para mercado global: seja em que oceano este se situar reafirmando presença em rotas «há séculos» em carteira. Sob a «disciplina» e «organização» – admiradas em nação industrial alemã enaltecida por estes mesmos aspectos por Pessoa no primeiro quartel do Século XX – necessárias à competitividade no Século XXI.

A primar por «Volume» com a contribuição de multinacionais presentes em Portugal e por «Variedade» por PME e/ou *start-up's* portuguesas a operar para estas e/ou em mercado global (Félix Ribeiro 2014: 210-211; 226-227) e, na medida do possível, potenciar a capacidade industrial que Solano Constâncio e Acúrsio das Neves logo identificaram imperiosas ao desenvolvimento de Portugal desde a primeira metade do Século XIX, como referiu Eduardo Sousa Ferreira.

Até porque parcerias estratégicas com empresas e/ou estados oriundos de Ásia ou América do Sul, procurando via de entrada em mercado europeu, poderão ser via a ponderar pelo Estado-membro: Portugal.

A incrementar afinal valor «aprendido» e potenciado e a potenciar, ainda mais, com parcerias europeias com, por exemplo, a Alemanha – sobremodo oriundas de Estados como Baden-Württemberg, Baviera, Noruega, Suécia; ou de parcerias estratégicas com os EUA, mas também Israel, China, Índia ou Japão; e, sempre, com universo de estados integrando a CPLP (Félix Ribeiro 2014: 227-228), ao reconhecer a «ambição» em nações do Século XXI – realizando-se assim o conceito de «nações ambiciosas» por F.List em meados do Século XIX.

Ao Estado-Português o continuar identificando a competição e promovendo estratégias, para navegar em mar de oportunidades pelos:

- melhores talentos,
- maiores poupanças,
- mais competitivas energias,

como adverte Félix Ribeiro quanto às megatendências e focos de competição (Félix Ribeiro 2014: 103) em oceano de economia global em oferta a Portugal, com missão de também explorar respectiva rica Plataforma Continental Portuguesa, revelando o sentido prático que o industrial têxtil portuense, Pereira Magalhães, apontava como objectivo a ter em vista em 1871.

### 13.

A Portugal o cumprir missão republicana à luz de «passado histórico», ao longo do qual a existente organização comunitária se deveria continuar a replicar sob forma de «cooperativas», associações, «sociedades», municipalidades como forma de garantir réplica a «excessiva centralização administrativa», por vezes brutal em época de monarquia como denuncia Teófilo Braga em *História da ideias republicanas em Portugal*<sup>24</sup>, aludindo a pensamento, quer de Henriques Nogueira, quer de Alexandre Herculano, reportando-se ao sempre oportuno conceito de «associação local» (Henriques Nogueira) – ou mesmo família: «o que é uma família senão mesmo uma federação de indivíduos ligados por um mesmo sentimento de interesse ou afeição?». (Braga 1880: 122)

Seria, segundo T. Braga em 1880, a forma expedita de simultaneamente reforçar:

- a «organização futura da Europa»
- a organização da Península Ibérica

sob os desígnios de «federação» tão necessária quanto natural por a mesma corresponder à «divisão histórica e provincial dos povos» oposta ao agrupar artificial de «nacionalidades robustas» alicerçado em «regime de anexação e de conquista». (Braga 1880: 125-126)

T. Braga cita republicano oestino Henriques Nogueira (1825-1858) – discípulo de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 -1846) – ao advogar emergirem os conceitos de:

1 – povo: «O que é um povo senão uma federação de municípios, ligados pela identidade de raça ou língua que vivem uma vida especial pela memória

<sup>24</sup> Teófilo Braga, 1880. *História da ideias republicanas em Portugal*. Lisboa, Nova Livraria Internacional, pp. 133-135.

dos seus grandes homens e pela história dos seus feitos, de suas vitórias e reveses de seus períodos de glória e de decadência»;

2 – nação: «O que é uma nação senão uma federação de povos companheiros ou desconhecidos, amigos ou inimigos que a ideia de conquista ou de simples ocupação fixou sobre um território, limitado por altas cordilheiras de montanhas, lagos, rios e mares ... e que pelas mesmas causas fixas e pelo trato e comércio mútuos, acabam por adquirir um carácter análogo e por falar uma linguagem comum?»;

3 – e mesmo humanidade: «A humanidade inteira nada mais deveria ser que uma comunidade de nações, mais ou menos adiantadas que o instinto de conservação e aperfeiçoamento levasse a entender-se, a aproximar-se, a amar-se enfim... (Braga 1880:123), do conceito de federação como consociação equitativa e mutuamente vantajosa entre comunidades independentes, reciprocamente protectoras de respectiva dignidade, com governo autónomo, culto de liberdade, igualdade e fraternidade (Braga 1880: 112), o qual será naturalmente acolhido pelos respectivos povos, racional e positivamente enformados em função da preservação de: estabilidade, segurança e independência republicana-nacional. (Braga 1880: 121,128)

Teófilo Braga destaca *Estudos sobre a reforma em Portugal* (1851), *Almanach democrático* (1852-1856) – e também *Almanach do cultivador* (1856-1857) – como essenciais à compreensão das «ideias societárias» de José Félix Henriques Nogueira que via na confederação, ibérica, forma profícua de sobrevivência futura, para que assim «Portugal como povo pequeno e oprimido, mas cōscio e zeloso da sua dignidade procurasse na federação com outros povos peninsulares a força, a importância e a verdadeira independência que lhe faltam na sua tão escarnecida dignidade». (Braga 1880: 118) E faz, assim, sentir ao leitor de 1879, na obra *Soluções positivas da política portuguesa*,<sup>25</sup> quanto só regímen republicano e respectivo sufrágio universal poderia combater «mediocridade» e «decadência» gerais permitidas por regímen monárquico em território transformado em baldio nacional por «falta de cultura», «emigração para o Brasil» e subserviência a «indústria estrangeira» superior. (Braga, 1879: 57)

Teófilo Braga apenas pretendia homem português e cidadão de «povo livre» com conhecimento científico cabalmente aplicado em indústria potenciadora de riqueza nacional e espírito moderno (Braga 1879: 72,75), senhor

<sup>25</sup> Teófilo Braga, 1879. *Soluções positivas da política portuguesa*, Vol I. Lisboa, Nova Livraria Internacional.



de opinião política proficiente e fortalecedora de soberania legítima. (Braga 1879: 80)

Na II parte de *Soluções positivas da política portuguesa*,<sup>26</sup> desafia Portugal a forjar «classe média industrial e produtora»: «burguesia activa e produtora» – sem descurar «aristocracia rica e digna» – para que «homens das classes operárias» não mais fossem «privados dos socorros mais urgentes de moralidade, ciência e economia e trabalho». (Braga 1880: 114)

#### 14.

Retomamos sagesa de E. Lourenço reavivando palavras suas, elementais, sementais, dos anos: 1961-1963; escritas em Grenoble, extraídas de ensaio intitulado «As contradições da mitologia colonialista portuguesa», editado em volume *Do colonialismo como nosso impensado*,<sup>27</sup> reportando-se – em contexto de «presença» portuguesa em África (1961) e respectiva forma – a valores «absolutamente positivos e enquanto tais indispensáveis ao homem africano», veiculados pela «civilização portuguesa» parte dos quais adoptáveis por «parte da população africana»:

«Quanto à totalidade [desses valores] uma simbiose cultural similar daquela que se criou no Brasil já não parece possível. Mas é-o talvez ainda uma coabitação fecunda, pacífica, fraterna, de imprevistos frutos, menos portugueses em sentido estritamente mitológico e nacional, mas com lugar de eleição no mesmo pé de igualdade e de liberdade que o elemento autóctone produzirá.» (Lourenço 2014: 89-90)

Stª Cruz de Benfica, Dezembro de 2014

<sup>26</sup> Teófilo Braga, 1879. *Soluções positivas da política portuguesa*, Vol II. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 15-17.

<sup>27</sup> Eduardo Lourenço, 2014. «As contradições da mitologia colonialista portuguesa». In *Do colonialismo como nosso impensado*, Lisboa, Gradiva, pp.53-91,